

SOLO SAGRADO: ENTRE O ESTADO E A IGREJA

Carina Gomes de Oliveira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.
Email: carinagomes.ciso@gmail.com

Rodrigo da Costa Caetano

Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense
Email: digo.caetano@ig.com.br

Resumo

A separação entre Estado e Igreja teve um transcurso complexo e geralmente tempestuoso, ocorrendo de forma peculiar em cada nação. O presente trabalho pretende fazer uma discussão sobre a relação entre Estado e Igreja, do Brasil à cidade de Campos dos Goytacazes, onde se preconiza o estudo com a finalidade de mostrar como as relações de poder vêm se desenvolvendo para apropriação e pelo uso dos territórios em áreas centrais.

Palavras chaves: Políticas Sociais, Estado, Igreja, Território.

Abstract

The separation of church and state was a complex and often stormy course, occurring in a particular way in each nation. This work intends to make a discussion about the relationship between Church and State, Brazil to the city of Campos dos Goytacazes, which advocates the study in order to show how power relations have been developing for appropriation and use of the territories central areas.

Keywords: Social Policy, State, Church, Territory.

Introdução

Estado e Igreja são instituições poderosas e seculares que nortearam o desenvolvimento da sociedade, tiveram suas funções definidas e redefinidas através do

tempo, cada nação enfrentou de forma particular esse processo de constante reconstrução e adaptação entre ambas.

Um dos primeiros autores a tratar da separação entre Estado e Igreja foi Maquiavel, considerado pai da ciência política, discute as relações de poder entre o príncipe e a sociedade e como fazer para manter-se no poder. Uma de suas propostas é a separação entre moral pública, religiosa e privada; assim, ele propõe que, apesar de fundamentais à sociedade de sua época, ambas constituíam-se como instituições distintas e que por isso deveriam inserir-se de forma diferenciada dentro do jogo político-econômico e social.

Outro teórico que tratou da relação entre Estado e Igreja foi Hobbes. Em sua concepção, o Estado seria a figura forte e dominadora que traria a paz ao caos e a barbárie humana no seu estado de natureza. A Igreja e a Religião, sobre qualquer forma, serviriam como mecanismos de manipulação, respondendo às crises e desastres da humanidade ao longo dos séculos. Seu principal problema é a suposta submissão do rei a “Deus”, porque isso implicaria em uma possível submissão aos seus discípulos na terra; o poder do príncipe, que deveria ser ilimitado para que trouxesse a paz e a harmonia aos homens, poderia ter um contraponto Divino, e isso causaria caos.

Como as relações sociais e econômicas se alteram ao mudar o modo de produção que estrutura a forma como as sociedades produzem os meios de sua subsistência, as relações entre Estado e Igreja alteraram-se com a troca do modelo econômico feudal para o mercantilista. A igreja, que havia sido um dos pilares sociais ao ungir reis, punir revolucionários e estrangeiros, além de condenar a usura, deixa de ser reguladora e perde espaço para um novo Estado onde a liberdade e a garantia da propriedade privada passam a ser os valores mais importantes a um novo cidadão. Desse modo, o catolicismo perde espaço para a ideologia político-social burguesa mercantil, que abre portas para um cidadão com liberdade política, econômica e religiosa, um Estado “funcionário” da maioria e as verdades religiosas transformam-se em entraves para o progresso econômico.

O Brasil teve uma forte influência católica em função de sua colonização ibérica. Nesse processo, as relações entre Estado e Igreja dentro da colônia eram complexos e instáveis, pois as ordens religiosas que buscavam catequizar impediam por vezes a caça dos

nativos. Durante todas as etapas do desenvolvimento histórico-social brasileiro a Igreja constituiu-se como um importante agente, operando tanto em consonância com o Estado, quanto em discordância a partir de seus propósitos.

A cidade de Campos dos Goytacazes foi um das mais importantes capitâneas do país, e como era comum a Igreja recebeu terras onde estabeleceu cedês religiosas responsáveis pela catequização e, mais tarde, pelo ensino. Entretanto, as relações não permanecem estáticas através do tempo e do espaço, muito menos quando envolvem os conflitos pela posse de terras. Assim, o presente trabalho pretende fazer uma discussão sobre a relação entre Estado e Igreja, do Brasil à cidade de Campos dos Goytacazes, onde se preconiza o estudo com a finalidade de mostrar como as relações de poder vêm se desenvolvendo para apropriação e pelo uso dos territórios em áreas centrais. Esses processos em sua história demonstram como a força e a influência dessas instituições incidu sobre a construção territorial do município e a forma como essas terras foram apropriadas.

Objetivos

O trabalho tem como objetivo subsidiar uma reflexão sobre as relações entre Estado e Igreja com vistas às suas respectivas territorializações, para, futuramente, mapear as áreas pertencentes à ordem beneditina dentro da cidade de Campos dos Goytacazes e discutir sua funcionalidade social. O trabalho tem um caráter fundamental no estudo do urbano dentro da cidade, porque discute a construção do espaço a partir das relações de poder político religioso, um aspecto fundamental que faz parte do modelo de colonização portuguesa. É que aborda as especificidades do local, sem desconsiderar os processos que envolvem as transições e conflitos dentro de um quadro mais amplo.

Metodologia

A pesquisa fundamenta-se na metodologia de análise de conteúdo como fonte de obtenção de dados. Em um primeiro momento realizaremos uma abordagem histórica das

relações entre Estado e Igreja, buscando entender quais enlances sociais conectavam essas duas fortes instituições. Discutiremos a teoria dos jogos políticos de Maquiavel que, apesar de propor a separação entre “moral” religiosa e a política, não faz uma separação entre a Igreja e o Estado.

Em Hobbes (1974) a discussão teórica é sobre sua concepção de Estado e o rompimento com a Igreja. Com esse autor há um importante corte, pois ele irá dar início a uma nova concepção de Estado e alterando o seu significado de uma figura submissa ao divino para uma entidade forte e superior. O autor promove uma das primeiras teorias que propõe uma ruptura formal entre as duas instituições e um fortalecimento do poder político. Hobbes adota uma postura contra a religião, não somente a católica, mas qualquer forma que transfira o poder de decisão do terreno para um poder superior.

Na mesma chave, que propõe uma ruptura em prol do Estado, está Locke (1973). Entretanto, em sua teoria esse corte é motivado por questões econômico-estruturais, que caracterizam o período de transição político econômica em que vive e escreve o autor. Sua teoria é caracterizada pela separação entre Estado e Igreja como instituições distintas, mas não opostas; ela é reflexo da queda dos paradigmas feudais e o surgimento de um novo modo de produção da vida.

Essa nova realidade capitalista não admite mais o antigo Estado e o ser religioso que acompanhou o feudalismo. Para explicar esse processo de transição feudalismo-capitalismo utilizaremos Karl Marx (1999) e sua teoria do materialismo histórico, onde condiciona as diferenciações e alterações das relações sociais aos modelos de produção da vida de cada época e sociedade. Em Weber (1996) obtemos o referencial teórico que explica com o catolicismo perde poder político com a vinda do capitalismo.

Após a análise histórica da relação entre Estado e Igreja, somada a uma discussão teórico-conceitual, com suas bases acima apresentadas, a pesquisa terá uma fase com caráter exploratório e sua base será a pesquisa documental dos processos de litígios, testamentos e documentos oficiais que se encontram no arquivo público municipal no Solar do Colégio, registros da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, além de entrevistas com os membros da Ordem Beneditina.

O objetivo dessa fase da pesquisa é trazer a discussão para o local, ambientando a situação de conflito entre o poder político e religioso pela posse da terra ao contexto da cidade e sua evolução no tempo. Para a realização da análise dos processos será feita uma ficha para catalogar os processos e agrupá-los segundo as categorias escolhidas: ano e local em que o processo foi iniciado, quem abriu o processo, contra quem, e qual é o objeto (no caso a unidade do território) que está sendo disputado e o motivo. Essa análise prévia subsidiará uma categorização fundamental para que possamos separar os processos que envolvem a disputa dos territórios rurais dos que abrangem as disputas urbanas, que são o foco desse estudo.

Assim, nas etapas finais da pesquisa, pretende-se utilizar programa de mapeamento para identificação dos territórios em possível disputa dentro do município. Dividindo-os segundo o ano em que foram iniciados e por quem para que possamos ver as áreas nas quais se concentram as disputas dentro do perímetro urbano da cidade. Então, como fase final do trabalho, discutiremos a questão da função social da propriedade, por uma perspectiva sociológica.

Estado e Religião

Estado e Igreja mantiveram durante séculos uma relação de troca de interesses, o modelo de colonização ibérico foi um dos quais se utilizou da Igreja como pilar de sua colonização, deixando latentes as tensões provocadas pela convergência de interesses. Durante o fim da Baixa Idade Média e o Iluminismo, vários teóricos discutiram sobre a relação entre as duas entidades e sob os mais variados pontos de vista sempre tentando solucionar a equação Estado + Igreja e descobrir como solucionar os conflitos resultantes dela.

O primeiro é Maquiavel que propõe uma separação não tão clara devido a seu contexto histórico, com Hobbes o Estado é o Rei ressaltando o modelo feudal do apogeu francês que presencia, exilado por causa da Guerra Civil Inglesa buscou um Estado que pudesse por termo ao conflito. Locke escreve no processo de transição entre dois modelos econômicos do pós guerra. Marx com o materialismo histórico discute como esse processo

de transição ocorre e Weber demonstra em sua sociologia da religião como os processos econômicos iram influir também sobre a Igreja “forçando” uma nova estrutura que atenda a nova sociedade.

Maquiavel: o Estado e a Igreja

Maquiavel (1992) escreve em meio a uma Itália dividida e em guerra, o país encontrava-se a mercê das disputas internacionais sobre seu território, além das disputas internas entre seus príncipes e o pontificado. O autor não propõe uma teoria sobre o que é ou deva ser o Estado, mas mostra como através dos jogos políticos o “príncipe” deve manter o seu poder. Em seus próprios termos, ele busca discutir a verdade efetiva das coisas.

A parte de sua teoria política relevante para esse trabalho é a proposição de separação entre o agir e a moral, política e religiosa. Deste modo, Maquiavel propõe uma primeira separação entre o Estado e a Igreja em seus escritos, sem, no entanto, fazê-la de forma clara dadas as condições políticas do tempo em que escreve. O autor supracitado também propõe a separação entre o agir dentro de casa e o na rua. Maquiavel lança as importantes sementes que desdobraram na separação entre Estado e Igreja, e entre o público e o privado, mostrando que os espaços possuem lógicas de condução diferentes e exigem do indivíduo respostas diferenciadas.

No seu trabalho não contesta o poder da Igreja, em realidade se abstém de discutir a funcionalidade ou relevância da religião propriamente dita como realiza os outros autores. Em seu livro *O Príncipe* dedica apenas um capítulo, curto, a tratar dos ditos Estados Eclesiásticos, nele o autor mostra claramente sua posição sobre a Igreja.

Em relação a estes, as dificuldades só existem antes de se entrar na sua posse, pois se conquistam pelo mérito ou boa sorte, mas sem um ou outra se matem. É que eles são sustentados pelas instituições antigas da religião, as quais são tão poderosas e qualificadas que asseguram o poder aos seus príncipes aos seus príncipes seja qual for sua maneira de viver e proceder [...] Sendo eles dirigidos por razões superiores, às quais somente a mente humana não tem acesso, deixarei de falar deles, eis que sendo abençoados e mantidos por Deus, seria ato de homem presunçoso e temerário discorrer a seu respeito. (MAQUIAVEL, p.83, 1992)

A Igreja, como nos mostra o autor, historicamente teve acesso a terra sem empecilhos ou o controle do Estado, além de ter muita influência nas decisões políticas. O seu poder sobre o território não era contestado sob qualquer forma. Entretanto, Maquiavel chama atenção, sutilmente, que, mesmo sem ser contestado o poder da Igreja, ele deveria ser levado em consideração dentro dos jogos políticos, pois é um elemento que pode alterar contextos e pesar sobre resultados. O príncipe que deseja manter o poder não deve agir em seu gabinete com a moral religiosa, mas jamais deve esquecer-se da Igreja e suas tradições. Ele deve saber escolher os seus aliados dentro dela sabiamente para não perder o poder, porque este é respaldado pela espada e pela Bíblia.

Hobbes: Estado acima da Igreja.

Em sua abordagem Hobbes idealiza um Estado que vai ao encontro das necessidades da natureza humana que ele concebe. O homem para Hobbes é um ser em constante conflito em sua busca por reconhecimento e por sobrevivência. Ele não é classificado como igual ou melhor do que o outro, mas ignorante das intenções do outro, o que o torna belicoso para todos que lutam para garantir a vida e os instrumentos necessários para mantê-la.

Assinalo assim, em primeiro lugar, como tendência geral de todos os homens, um perpétuo e irrequieto desejo de poder e mais poder que cessa apenas com a morte. E a causa disso nem sempre é que se espere um prazer mais intenso do que aquele que já se alcançou, ou que cada um não possa contentar-se com um poder moderado, mas do fato de não se poder garantir o poder e os meios para viver bem que atualmente se possuem sem adquirir mais ainda [...] A competição pela riqueza, a honra, o mando e outros poderes leva à luta, à inimizade e à guerra, porque o caminho seguido pelo competidor para realizar seu desejo consiste em matar subjugar, suplantando ou repelindo o outro. (HOBBS, p.64, 1974)

Hobbes, como Maquiavel, atém-se na realidade não somente condicionada pela prática efetiva, mas, também, pela natureza humana. O homem de ambos os autores busca a glória, a fortuna e o reconhecimento, todos os desejos precisam do testemunho de outrem. De certa forma Hobbes dá seguimento às idéias de Maquiavel ao propor uma ciência política que se dedique a estudar como construir e manter Estados; essa nova ciência não

estaria ligada de forma alguma a preceitos morais ou religiosos, retomando a diferenciação maquiavélica de moral política, religiosa e social.

O Estado que o autor propõe é forte e surge a partir de um pacto de submissão em prol do controle dos desejos, a fim de impedir que a busca desenfreada pela honra e o reconhecimento de seus valores, alterem o estado da ordem e a harmonia, suprimindo o estado de natureza.¹ O poder do soberano deveria ser pleno e capaz de por termo a qualquer conflito, o que o mundo medieval não conhecia, já que os poderes dos reis eram contrabalanceados pelo dos nobres, das cidades, dos Parlamentos e da Igreja.

O autor desenvolve essa concepção sobre a qual monta um Estado, que é condição primária para que a sociedade exista, porquanto nasce em conjunto com o Estado. Sob essa perspectiva a Igreja e a religião sobre qualquer forma tornam-se um problema, um óbice ao poder do soberano.

E aqueles que pouca ou nenhuma investigação fazem das causas naturais das coisas, todavia, devido ao medo da própria ignorância, daquilo que tem o poder de lhes ocasionar grande bem ou mal, tendem a supor, e a imaginar por si mesmos, várias espécies de poderes invisíveis, e a se encherem de admiração e respeito por suas próprias fantasias [...] Este medo das coisas invisíveis é a semente natural daquilo a que cada um em si mesmo chama *religião*, e naqueles que veneram e temem esse poder de maneira diferente da sua, *superstição* [...] E tendo esta semente da religião sido observada por muitos, alguns dos que a observaram tenderam a alimentá-la, revesti-la e conformá-la às leis, e a acrescentar-lhe sua própria invenção, qualquer opinião sobre as causas dos eventos futuros que melhor parecesse capaz de lhes permitir governar os outros, fazendo o máximo uso de seus poderes” (HOBBS, p.68, 1974)

Assim, percebemos que a religião para Hobbes é um mecanismo de controle que explica o “inexplicável”. Para o autor é preciso pesquisar a origem das coisas, propondo uma ciência política com posicionamentos mais críticos. A ausência de ciência que fornecesse explicações claras e lógicas dos acontecimentos favorecia o aparecimento da religião e a manipulação, pela ignorância do povo. Desse modo, a religião era um entrave por poder torna-se uma força capaz de fazer frente ao soberano, o que impossibilitaria a paz e a harmonia dentro da sociedade.

¹ “O estado de natureza é uma condição de guerra, porque cada um se imagina (com razão) poderoso, perseguido e traído” (WEFFORT, p.59, 200). Hobbes com essa concepção busca combater a idéia de que o homem é sociável por natureza na busca de tornar claras as condições de convivência do homem para que os conflitos possam ser percebidos.

Locke: Estado individual e a Igreja.

Locke escreve em meio a uma Inglaterra em guerra, a coroa e os antigos paradigmas do período medieval contra o Parlamento e um novo modelo econômico. Essa guerra trazia em si também as disputas ideológicas religiosas entre católicos, anglicanos, presbiterianos e puritanos. Em 1640, inicia-se a Guerra Civil que termina em 1649 com a vitória do Parlamento e a execução de Carlos I. Depois disso instaura-se o Protetorado Crownwell, que, aliado a burguesia, transforma a Inglaterra em uma grande potência naval e comercial. Nessa mesma época Hobbes refugia-se na França monárquica dos Bourbon e publica *Leviatã*.

Em 1660 morre o lorde protetor e surge outra crise política, com moldes parecidos com os de 1640. O Parlamento se divide em uma nova versão do conflito coroa x burguesia, com a disputa entre conservadores Tories, que apoiavam o rei Carlos II, e os Wings liberais. Em 1688 ocorre a Revolução Gloriosa, com a deposição do monarca católico Jaime II, e a coroação de Guilherme de Orange pelo Parlamento e a aprovação da Bill of Rights, em 1689, que garantia a soberania do Parlamento.

Esse é o contexto em que Locke escreve, dentro de um processo de mudança dos paradigmas sociais pela inserção de um novo modelo econômico. Durante todo o processo percebe-se a disputa político-ideológica respaldada por religiões divergentes, que “representam” modelos econômicos distintos. No resultado das disputas entre feudalismo católico e o liberalismo protestante, o último saiu vencedor, “enterrando” o Estado submisso ao pontificado e separando definitivamente as duas instituições.

O Estado de Locke também parte de um pacto, mas diferencia-se de Hobbes ao propor o consentimento e não a submissão ao rei. Em seus escritos vai tratar da origem, da extensão e do objetivo do governo civil, trazendo para a discussão as questões individualistas e liberais dentro de um novo modelo de Estado. Seu trabalho instituiu-se como marco teórico nas discussões sobre o Estado, influenciando as revoluções liberais modernas e lançando as bases teóricas que influenciam ainda hoje as Constituições das nações.

O autor usa um modelo semelhante ao de Hobbes, que parte do estado de natureza e a criação do Estado a partir do contrato. Entretanto, em seu trabalho, o homem em estado de natureza não é o caos, mas um estágio pré-social e político onde todos vivem em paz e igualdades. Os indivíduos são dotados de razão e já desfrutavam da propriedade privada, fator inovador dentro da sua teoria.

Para bem compreender o poder político e derivá-lo de sua origem, devemos considerar em que estado todos os homens se acham naturalmente, sendo este um estado de perfeita liberdade para ordenar-lhes as ações e regular-lhes as posses e as pessoas conforme acharem convenientes, dentro dos limites da lei² da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem [...] Estado também de igualdade, no qual é recíproco qualquer poder e jurisdição, ninguém tendo mais que qualquer outro; nada havendo de mais evidente que criaturas da mesma espécie e da mesma ordem, nascidas promiscuamente a todas as mesmas vantagens da natureza e ao uso das mesmas faculdades, terão também que ser iguais umas as outras sem subordinação ou sujeição [...] (LOCKE, p.41, 1973)

A propriedade privada e a sua defesa tornam esse novo Estado tão diferente dos outros planejados e discutidos pelos predecessores de Locke. Para ele a propriedade existe no estado de natureza e é anterior ao Estado, logo este não tem o poder aliená-la, como propunha Hobbes onde em última instância tudo pertenceria ao soberano. O homem é naturalmente livre e proprietário de si e do seu trabalho, e é por meio do labor que adquire seus bens. A terra e os bens naturais foram dados por Deus livremente a todos os homens, que ao incorporarem a força de trabalho à natureza, tornam seus fragmentos territoriais (nesse caso, quantidade métrica de terra – área dominada) suas propriedades privadas, excluindo os outros homens do seu acesso e controle.

O Estado Civil, que surge a partir da unanimidade dos indivíduos, cede lugar para o princípio da maioria na escolha das formas de governo e do legislativo, do executivo e do federativo. O poder legislativo esta acima dos outros dois, mas submete-se ao povo pois sua função é garantir que os direitos do estado de natureza não se percam. Esse novo Estado surge do livre consentimento do povo, trabalha para ele com a finalidade do direito da liberdade e da propriedade, sendo juiz imparcial e reconhecido capaz de resolver qualquer

² Quando Locke fala sobre lei refere-se a razão que é a lei do estado de natureza. “Contudo, embora seja estes um estado de liberdade, não o é de licenciosidade [...] O estado de natureza tem uma lei de natureza para governá-los, que a todos obriga; e a razão, que é essa lei [...]”(LOCKE, p.42, 1973)

conflito. Nesse novo modelo o indivíduo é a figura principal, reduzindo o espaço dentro do governo para a igreja e às paixões, observando-se, majoritariamente, a lógica.

Marx e Weber: uma nova Igreja para um novo Estado.

Marx (1999) usa como método de análise social o materialismo histórico, ele aponta que a história de todas as sociedades é composta pela luta de classes correspondente a cada modelo socioeconômico. Em sua concepção “o governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns da classe burguesa.” (MARX, p. 10, 1999). Esse novo estado que surgiu após a queda do feudalismo é marcadamente individualista e mais empenhado com o bem estar do capital, não se apega a qualquer valor social ou ideológico que possa ser um entrave ao seu desenvolvimento.

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia calcou os pés as relações feudais, patriarcais e idílicas. Todos os complexos e variados laços que prendiam ao homem feudal aos seus ‘superiores naturais’ ela os despedaçou sem piedade, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do ‘pagamento à vista’. Afogou os fervores sagrados do êxtase religioso [...] substituiu as numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço, pela única e implacável liberdade do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração velada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, cínica, direta e brutal.” (MARX, p. 11, 1999)

A burguesia adota um caráter expansionista, revolucionário e dinâmico, sempre em movimentos de ruptura e reconstrução. Assim, altera as formas de relacionamento social por toda a face da terra, provocando, na sua esteira do “desenvolvimento”, uma reestruturação também na religião. Weber em seu livro “A ética protestante e o espírito do capitalismo” mostra como a nova religião surgiu para o novo Estado idealizado por Locke e comprovado por Marx. As doutrinas religiosas surgidas a partir da contra revolução englobam o caráter capitalista em sua doutrina, derrubando os dogmas que atrasam e atrapalham o desenvolvimento do capitalismo.

É verdade que a atitude de uma vocação, e sua conseqüente aprovação por Deus, é orientada primeiramente por critérios morais e depois pela escala de importância dos bens produzidos para a ‘coletividade’, colocando-se, porém, logo em seguida, um terceiro ponto de vista prático, mais importante critério: a

‘lucratividade’ individual do empreendimento. Com efeito, quando Deus, em cujas disposições o puritano via todos os acontecimentos da vida, aponta, para um de Seus eleitos, uma oportunidade de lucro, este deve aproveitá-la com um propósito, e conseqüentemente, o cristão autêntico deve aproveitar a oportunidade que se lhe apresenta. (WEBER, p.116, 1996)

A salvação não está mais no porvir, mas está refletida na Terra no trabalho diário do cristão, na dedicação a sua profissão, não mais somente no espírito caritativo cristão, mas na adaptação ao contexto do espírito do trabalho cujo asceticismo religioso guia a acumulação em prol do sistema capitalista. A “nova religião” propõe um estilo de vida que se embasa e reveste-se em uma ética que preconiza as relações comerciais como virtudes que diferenciam aqueles que professam a fé cristã. Assim, cria-se uma ética que corrobora com as práticas e com a dinâmica do novo modelo de reprodução da vida.

História de Campos dos Goytacazes

Campos dos Goytacazes foi uma das mais ricas vilas da colônia, sua história é marcada por importantes passagens como a primeira cidade a receber luz elétrica e a construção do canal Campos – Macaé. Para discutir como foi a construção e apropriação do território da cidade através do tempo utilizaremos Feydit em sua obra Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes (2004), para mostrar como os conflitos marcaram os processos de obtenção de terras e os conflitos a partir da apropriação.

O fundador da capitania de Campos foi Pedro Góes, que tendo andado pela costa pediu a *El Rey* que lhe desse a terra. Seu pedido foi atendido e chegou a estabelecer-se com uma considerável frota de navios e homens nas terras fundando um povoado às margens do Rio Paraíba do Sul. O povoado obteve relativa paz durante dois anos quando iniciou uma guerra com os nativos, ela perdurou por aproximadamente seis anos quando não foi mais capaz de combater sendo obrigado a abrigar-se na capitania do Espírito Santo.

Os índios Goitacá eram conhecidos por serem guerreiros e exímios pescadores e nadadores, mesmo nos tempos de paz as relações ocorriam entre tensões de ambos os lados. Knivet apud Feydit (2004) relata que “a extrema barbaria desses selvagens, tem impedido de os induzir a um comércio regular com os europeus” (KNIVET apud FEYDIT, p.18,

2004). Isso demonstra a difícil e instável relação entre os colonos e os habitantes nativos da capitania, além da falta de confiança estava o fato de serem *canibais*. Entretanto, não diminuiu o interesse pelas terras, que já foram comparadas em alguns escritos com os campos Elíseos por possuírem abundância natural e a saída para o rio facilitando o comércio.

Em 19 de Agosto de 1627, o Governador do Rio de Janeiro Martin Sá concedeu as terras do sul Paraíba que pertenciam a Gil de Góes e a João Gomes Leitão aos sete capitães: Gonçalo Correa, Duarte Correa, Miguel Ayres Maldonado, Antonio Pinto, João de Castilho, Manoel Correa e Miguel Riscado. Foi somente em 19 de Abril de 1629 que os capitães tomaram posse das sesmarias. (FEYDIT, 2004)

As famílias responsáveis pelas sesmarias iniciaram então o trato com a terra que se provou prospero, com abundancia de gado e criação de cavalos que abasteciam a capital. Além disso, os capitães fizeram inúmeras narrativas sobre os índios da região mostrando que dos Goytacaz que viviam as margens do Paraíba os que ficavam próximos a vila eram pacíficos e amistosos. Isso despertou o interesse das ordens eclesiásticas jesuítas, beneditinas e carmelitas.

Não podendo por meio da hipocrisia entrarem em arranjos e se apossarem das terras dos sete capitães, propuseram ao General Salvador Correa de Sá e Benavides [...] de se associarem para, sob o pretexto de catequizarem os gentios e salvarem as almas perdidas, se apoderarem daquele imenso território dos Campos dos Goytacazes. Se por um lado eles previam as riquezas que aí poderiam obter, por outro não se temiam nem um pouco a oposição que lhes fariam os sete aguerridos capitães.

[...] Os frades (leamos algures) não só encontravam sempre nos diferentes governos proteção, mas ate foram conciderados por eles os melhores sustentáculos do despotismo. (FEYDIT, p. 40, 2004)

Os conflitos de terras envolvendo a Igreja e a Câmara Municipal são bastante antigos. Ele inicia-se com as petições de apropriação de território dos sete capitães pelas ordens eclesiásticas. A presença da Igreja na região era forte, como foi nas demais colônias portuguesas e espanholas. Na região havia presença de varias ordens os beneditinos, os jesuítas, e capuchinhos que fundaram vilas onde estabeleciam os mosteiros e as criações que os mantinham além dos dízimos dos colonos.

A construção do território dentro das vilas era demarcada, cada ordem tinha a sua igreja e buscava sempre ganhar mais poder e mais espaço. Feydit (2004) em seu trabalho mostra como foi o transcurso do processo de apropriação de terras pela igreja dentro do município e como isso afetou a região. As “batalhas pelas terras” eram constantes e poderiam usar de qualquer artifício, desde palavras dúbias em textos ambíguos que prenunciam o conflito até a falsificação de assinaturas em petições, cartas de concessão, escrituras e afins.

A posse da terra pela Igreja não era contestada, e não o foi durante muito tempo o que provocou, segundo Feydit, um atraso para o desenvolvimento econômico da região. Dentro da cidade as ordens disputavam espaço entre si na busca por mais poder e influência. O autor reúne documentos da Câmara Municipal da cidade, onde eram registrados pedidos de embargo, como o feito pela ordem beneditina à Câmara solicitando que proibisse a entrada de padres de ordens diferentes na Igreja Matriz de São Francisco sob sua guarda.

Assim, podemos perceber que a Igreja esteve fortemente envolvida nos processos de construção do território em Campos, sempre se colocando como um importante agente. O seu poder provinha da tradição e do respaldo concedido pelo Estado, isso lhes proporcionava um enorme alcance sociopolítico e territorial. Entretanto, o uso da terra não era diferente do que fazia o capitão e o colono, visto que ela buscava também um poder econômico. A tradição possibilitava que tivesse forte influência não somente pelas inúmeras obrigações que lhe devia o povo, como também no poder econômico dentro do espaço gerando tensões e disputas.

Resultados esperados

A construção do espaço dentro da cidade foi marcada pelo conflito entre os interesses religiosos na terra em oposição aos econômicos e sociais do povo. As Ordens possuíam grande poder devido ao modelo de colonização Ibérica que a utilizou como um dos sustentáculos de seu poder “além mar”. Entretanto, com a diferenciação dos interesses entre as ordens e o Estado isso gerou tensões e disputas na apropriação do território.

O trabalho busca conseguir mapear os territórios em conflito pertencente aos beneditinos e discutir o cumprimento ou não de sua função social dentro da dinâmica urbana. Priorizando a conformação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes por meio dos referidos agentes abrangentes, Estado e Igreja, em suas escalas de intervenção, pensando na utilização da propriedade em termos de políticas sociais.

Referências Bibliográficas

- FEYDIT, Julio. **Subsídios para a história dos Campos dos Goytacazes**. São João da Barra: Gráfica Luartson, 2004.
- HOBBS, Thomas. **Dos Diferentes Objetos do Conhecimento – Das Causas, Geração e Definição de um Estado**. In: _____. *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores, 14).
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo – Ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, 18).
- LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo e a Revolução de 1688 & Locke e Hobbes. Dois tratados sobre o governo**. Tradução de Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 2^a ed. Brasília: Ed. UnB, 1992.
- MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. Edição Eletrônica Ed. Ridendo Castigat Moraes, 1999. Disponível em < WWW.jahr.org >
- RIBEIRO, Renato Janine. **Hobbes: o medo e a esperança**. In: WEFFORT, Francisco C. (org.) *Os clássicos da política vol. 1*, São Paulo, Ed Ática, 2000.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi & Tomás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 11^a Ed, 1996.